

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57.026 - PB (2018/0073952-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **JOSÉ DE FRANÇA AZEVEDO**
ADVOGADOS : **ANDRÉA HENRIQUE DE SOUSA E SILVA E OUTRO(S) - PB015155**
 ANA CRISTINA HENRIQUE DE SOUSA E SILVA - PB015729
RECORRIDO : **PBPREV - PARAÍBA PREVIDÊNCIA**
ADVOGADOS : **EMANUELLA MARIA DE ALMEIDA MEDEIROS - PB018808**
 JOVELINO CAROLINO DELGADO NETO E OUTRO(S) - PB017281

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por JOSÉ DE FRANÇA AZEVEDO, em 15/02/2016, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que concedeu parcialmente a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"MANDADO DE SEGURANÇA. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA DE AGENTE DE INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL. MODIFICAÇÃO DO MÉTODO DE CÁLCULO DOS PROVENTOS. SUBSTITUIÇÃO DA MÉDIA ARITMÉTICA PRECEITUADA PELA LEI FEDERAL N.º 10.887/2004 PELA SOMA DOS VALORES NOMINAIS DE TODAS AS RUBRICAS DE NATUREZA REMUNERATÓRIA. DECADÊNCIA ARGUIDA PELO IMPETRADO. ART. 23 DA LEI FEDERAL N.º 12.016/09. DECURSO DE MAIS DE 120 DIAS ENTRE A PUBLICAÇÃO DO ATO DE APOSENTAÇÃO E A IMPETRAÇÃO. CONFIGURAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N.º 85 DO STJ. WRIT ADMITIDO SOMENTE NA FRAÇÃO EM QUE DISCUTE A IMPLANTAÇÃO DE RUBRICAS CRIADAS POSTERIORMENTE AO ATO DE APOSENTAÇÃO. ACOLHIMENTO PARCIAL DA ARGUIÇÃO DE DECADÊNCIA. MÉRITO. IMPETRANTE APOSENTADO POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS. ART. 40, §1º, I, IN FINE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIREITO À EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA EM RELAÇÃO AO PESSOAL DA ATIVA. ART. 6º-A DA EC N.º 41/2003, COM A REDAÇÃO DADA PELA EC N.º 70/2012. ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO CONCEDIDO AOS AGENTES DE INVESTIGAÇÃO PELA MP N.º 185/2012 EM CARÁTER GENÉRICO, LINEAR E PERMANENTE. NATUREZA REMUNERATÓRIA

CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE DIREITO À PERCEPÇÃO DA BOLSA DE DESEMPENHO PROFISSIONAL. CARÁTER 'PROPTER LABOREM'. VERBA LEGALMENTE DESTINADA APENAS AOS DELEGADOS E PERITOS OFICIAIS. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. SÚMULA N.º 339 DO STF. CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM.

1. No que diz respeito à prescrição e à decadência do direito de ajuizar mandado de segurança, o pedido de revisão do ato de concessão de aposentadoria não guarda identidade com as hipóteses de reajuste de rubricas congeladas durante a inatividade e de equiparação remuneratória entre inativos e ativos arvorada em criação ou majoração de rubricas supervenientemente à aposentação.

2. A Súmula n.º 85 do STJ não se aplica à primeira hipótese (revisão do ato de concessão da aposentadoria). Precedentes da Corte Superior.

3. Nos termos do art. 6º-A da EC n.º 41/2003, acrescentado pela EC n.º 70/2012, o servidor aposentado por invalidez permanente (art. 40, §1º, I, da CF/88) tem direito à percepção de proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria e à sua revisão, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do pessoal da ativa.

4. O Adicional de Representação de que tratam os arts. 57, XIV, da LC n.º 58/2003, e 97, da LC n.º 85/2008, estendido aos Agentes de Investigação da Polícia Civil por força da MP n.º 185, publicada em 26 de janeiro de 2012, convertida na Lei n.º 9.703/12, ostenta natureza remuneratória em virtude de seu caráter linear, genérico e permanente, devendo ser computado para fins de equiparação entre proventos e remuneração do pessoal da ativa.

5. A Bolsa de Desempenho Profissional preceituada pela Lei Estadual n.º 9.383/2011 e regulamentada pelo Decreto n.º 33.686/2013 tem natureza propter laborem, ou seja, não ostenta caráter remuneratório permanente, razão pela qual não deve ser estendida aos aposentados e pensionistas, mesmo aqueles que gozam da paridade remuneratória em relação ao pessoal da ativa.

6. A referida rubrica foi legalmente destinada, no âmbito da Polícia Civil, apenas aos Delegados e aos Peritos Oficiais, não se estendendo aos Agentes de Investigação.

7. Nos termos da Súmula n.º 339 do STF, 'não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia' (fls. 218/230e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em

síntese, o equívoco do acórdão regional, ao fundamento de que a Gratificação de Desempenho Profissional, prevista na Lei Estadual 9.383/2011 e regulamentada pelos Decretos 32.719/2012 e 33.686/2013, com a redação do Decreto 32.725/2015, "tem natureza de vantagem de caráter geral e a exclusão de seu recebimento pelos servidores inativos e pensionistas implica em OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA e da PARIDADE" (fls. 234/243e).

Por fim, requer "que o presente recurso seja conhecido, processado e provido para o fim de reformar o respeitável acórdão atacado para julgar totalmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial, e que a gratificação de desempenho seja implantada e paga aos recorrentes" (fl. 242/243e).

Contrarrazões a fls. 320/327e.

Em seu parecer (fls. 450/453e), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do Recurso Ordinário.

Com razão o Parquet Federal. A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, é firme o entendimento no âmbito desta Corte, no sentido de que **"a Bolsa de Desempenho instituída pela Lei nº 9.383/2011, regulamentada pelo Decreto nº 35.726 de 2015, não foi concedida a toda a categoria de profissionais, mas, unicamente, aos Policiais Civis que estejam efetivamente exercendo suas atividade junto ao Poder Executivo (art. 3º, 'caput'), daí a impossibilidade de extensão da verba remuneratória aos inativos e pensionistas"** (STJ, AgRg no RMS 49.402/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

Nesse sentido, em hipóteses análogas:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. BOLSA DE DESEMPENHO PROFISSIONAL. LEI ESTADUAL N. 9.383/2011. NATUREZA JURÍDICA PROPTER LABOREM. EXTENSÃO AOS INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

II - A Bolsa de Desempenho instituída pela Lei Estadual n. 9.383/2011, regulamentada pelo Decreto n. 35.726 de 2015, do Estado da Paraíba, por ostentar natureza propter laborem, não é devida aos servidores inativos. Precedentes.

III - Recurso em Mandado de Segurança improvido" (STJ, RMS 50.640/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/02/2018).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO

INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR REFORMADO. BOLSA DE DESEMPENHO PROFISSIONAL. VEDAÇÃO LEGAL À INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS. NATUREZA PROPTER LABOREM DA GRATIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. A Bolsa de Desempenho Funcional instituída pela Lei Estadual n.º 9.383/2011 da Paraíba tem natureza propter laborem, pelo que não se mostra ilegal nem abusivo o ato que nega sua extensão aos inativos.

Precedentes.

2. A pretensão de incorporação da Bolsa de Desempenho aos proventos da inatividade ou de pensão encontra óbice nos enunciados das Súmulas 339 e Vinculante 37, ambas do Supremo Tribunal Federal, segundo as quais "não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob fundamento de isonomia".

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no RMS 46.755/PB, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/02/2017).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. INATIVO. BOLSA DE DESEMPENHO PROFISSIONAL. VEDAÇÃO LEGAL À INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS. SÚMULA VINCULANTE 37/STF E SÚMULA 339/STF. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Recurso ordinário em mandado de segurança no qual se postula o pagamento da bolsa de desempenho profissional, criada pela Lei Estadual 9.383/2011 e estendida aos agentes de investigação por força do Decreto Estadual 35.726/2015, o qual alterou o Decreto 33.686/2013.

2. Os arts. 2º e 3º da Lei Estadual 9.383/2011 são claros ao demonstrar que a referida parcela possui caráter pro labore faciendo ou propter laborem, contendo inclusive a expressa indicação de que não poderá haver incorporação dos valores aos proventos, uma vez que sobre a bolsa de desempenho profissional não incide contribuição previdenciária.

3. "É defeso ao Poder Judiciário proceder à equiparação salarial com base no princípio da isonomia, nos termos da Súmula 339/STF" (AgRg no RMS 44.664/CE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda

Turma, DJe 23.5.2014).

4. "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia" (Súmula Vinculante 37/STF, aprovada na Sessão Plenária de 16.10.2014, publicada no DJe n. 210 de 24.10.2014, p. 2 e no DOU de 24.10.2014, p. 1).

Recurso ordinário improvido" (STJ, RMS 49.594/PB, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2016).

Confirmam-se, ainda, os seguintes julgados monocráticos, em feitos análogos ao presente: **RMS 55.646/PB**, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe de 05/10/2018; **RMS 50.709/PB**, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe de 05/10/2018; **RMS 49.587/PB**, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 25/09/2018; **RMS 54.406/PB**, rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe de 04/12/2017; **RMS 50.294/PB**, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 28/11/2017; **RMS 50.925/PB**, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 27/11/2017; **RMS 54.374/PB**, rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe de 31/08/2017; **RMS 50.072/PB**, rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe de 20/06/2017; **RMS 50.762/PB**, rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 08/05/2017; **RMS 50.699/PB**, rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 08/05/2017; **RMS 50.644/PB**, rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 18/04/2017; **RMS 50.404/PB**, rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 18/04/2017; **RMS 50.071/PB**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 08/04/2016; **RMS 51.470/PB**, rel. Min. OG FERNANDES, DJe de 03/04/2017; **RMS 52101/PB**, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 19/12/2016; **RMS 49.585/PB**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 06/11/2015.

Desse modo, não há que se falar em direito líquido e certo a amparar a pretensão autoral à incorporação da Bolsa de Desempenho Profissional aos proventos de inativo, vez que o acórdão regional, ao decidir que "a Bolsa de Desempenho Profissional preceituada pela Lei Estadual n.º 9.383/2011 e regulamentada pelo Decreto n.º 33.686/2013 tem natureza 'propter laborem', ou seja, não ostenta caráter remuneratório permanente, razão pela qual não deve ser estendida aos aposentados e pensionistas, mesmo aqueles que gozam da paridade remuneratória em relação ao pessoal da ativa", o fez em sintonia com o entendimento dominante desta Corte, a atrair, a incidência, na espécie, da **Súmula 568/STJ**, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao presente Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

